

GIOVANA DAL BIANCO PERLIN  
ALEXANDRA ZABAN BITTENCOURT  
ANA POMPEU  
ELISABETE BUSANELLO  
MARIANA SILVA ABREU  
NATALIA MATEUS KAWANO

MULHERES E POLÍTICA:  
ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília  
2016

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Mulheres e Política: estudo sobre a representação de gênero na Câmara dos Deputados

<b>Coordenadora</b>
Giovana Dal Bianco Perlin Currículo Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/4848401298958002">http://lattes.cnpq.br/4848401298958002</a> Endereço profissional: Cefor – sala 17. Via N-3, Projeção L, Setor de Garagens Ministeriais Norte. Brasília DF. Telefone: 61 32167679 E-mail: <a href="mailto:giovana.perlin@camara.gov.br">giovana.perlin@camara.gov.br</a> Câmara dos Deputados

<b>Membros</b>
Alexandra Zaban Bittencourt Currículo Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/0203690990099921">http://lattes.cnpq.br/0203690990099921</a> Endereço profissional: Anexo II Ala A Sala T-17 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Câmara dos Deputados, Brasília-DF Telefone: 61 32166494 e 61 96187379 E-mail: <a href="mailto:alexandra.bittencourt@camara.leg.br">alexandra.bittencourt@camara.leg.br</a> e <a href="mailto:alezaban@uol.com.br">alezaban@uol.com.br</a> Câmara dos Deputados
Ana Clara Martins Pompeu Currículo Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/5957849418850999">http://lattes.cnpq.br/5957849418850999</a> Endereço profissional: Gabinete 620, 6º andar, Anexo IV, Câmara dos Deputados. Brasília, DF. Telefone: 61 32155620 e 9828 9769 E-mail: <a href="mailto:ana.pompeu@camara.leg.br">ana.pompeu@camara.leg.br</a> e <a href="mailto:anacpompeu@gmail.com">anacpompeu@gmail.com</a>

Câmara dos Deputados
<p>Elisabete Busanello</p> <p>Currículo Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/4360215292817466">http://lattes.cnpq.br/4360215292817466</a></p> <p>Endereço profissional: Gabinete 469, Anexo III, Câmara dos Deputados. Brasília, DF.</p> <p>E-mail: <a href="mailto:elisabetebusanello@yahoo.com.br">elisabetebusanello@yahoo.com.br</a> e <a href="mailto:elisabete.busanello@camara.leg.br">elisabete.busanello@camara.leg.br</a></p> <p>Telefone 61 98099350</p> <p>Câmara dos Deputados</p>
<p>Mariana Silva Abreu</p> <p>Currículo Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/5220761225155162">http://lattes.cnpq.br/5220761225155162</a></p> <p>Endereço profissional: Gabinete 620, 6º andar, Anexo IV, Câmara dos Deputados. Brasília, DF.</p> <p>Telefone: 61 32155620</p> <p>E-mail: <a href="mailto:mariana.abreu@camara.leg.br">mariana.abreu@camara.leg.br</a></p> <p>Câmara dos Deputados</p>
<p>Natalia Mateus Kawano</p> <p>Currículo Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/3548928951094298">http://lattes.cnpq.br/3548928951094298</a></p> <p>Endereço profissional: Liderança do PSD, Anexo II, sala 150, Câmara dos Deputados. Brasília,DF.</p> <p>E-mail: <a href="mailto:natalia.alves@camara.leg.br">natalia.alves@camara.leg.br</a> e <a href="mailto:nataliamk@brturbo.com.br">nataliamk@brturbo.com.br</a></p> <p>Telefone: 3215-9068</p> <p>Câmara dos Deputados</p>

## **Linha de Pesquisa**

Política institucional do Poder Legislativo

**Data:** 27 de fevereiro de 2015

## **Resumo**

Apesar de constituírem aproximadamente metade da população mundial, as mulheres ocupam muito menos da metade das cadeiras nos parlamentos das democracias. Basicamente a sub representação é medida pelo número de mulheres presentes nos parlamentos e o número de cadeiras disponíveis. Para contribuir para a compreensão da sub representação feminina, este grupo de estudos, analisa a presença das mulheres parlamentares na Câmara dos Deputados brasileira, a partir de quatro eixos: o perfil das parlamentares e dos parlamentares, a ocupação de posições estratégicas na Casa, a atuação legislativa ideológico-propositiva e o espaço ocupado pelas parlamentares na mídia legislativa. Além de constituírem menor número entre parlamentares, as mulheres não fazem parte das estruturas decisórias estratégicas e concentram sua atuação ideológico-propositiva em *soft politics*, área temática considerada menos importante para a política, enquanto os homens se concentram em *hard politics*. A raridade de mulheres nas lideranças e nas presidências de comissões, somada à maior participação delas em comissões *soft politics*, faz com que as suas agendas tenham menor visibilidade do que a dos homens. O levantamento numérico das mulheres nos parlamentos é insuficiente para mensurar a sub representação da mulher na política, sendo necessária a inclusão das variáveis ocupação de posições estratégicas na Casa, atuação legislativa ideológico-propositiva e espaço ocupado pelas parlamentares na mídia legislativa.

**Palavras-chave:** gênero, câmara dos deputados, representação política, processos políticos.

## **2. APRESENTAÇÃO**

Esta proposta de projeto de Grupo de Pesquisa e Extensão (GPE) tem por objetivo contribuir para a compreensão da representação política feminina, analisando a presença das mulheres parlamentares na Câmara dos Deputados brasileira, a partir de quatro eixos: o perfil das parlamentares e dos parlamentares, a ocupação de posições estratégicas na Casa, a atuação legislativa ideológico-propositiva e o espaço ocupado pelas parlamentares na mídia legislativa.

## **3. PROBLEMA**

Como as mulheres representam na política brasileira?

## **4. OBJETIVOS**

Caracterizar a representação das mulheres parlamentares na política brasileira.

## **5. JUSTIFICATIVA E REVISÃO DA LITERATURA**

### **Introdução**

Apesar de constituírem aproximadamente metade da população mundial, as mulheres ocupam muito menos da metade das cadeiras nos parlamentos das democracias: em apenas 25% dos parlamentos elas representam mais de 30% dos membros. Em 2015 o aumento do número de mulheres em cadeiras dos parlamentos foi de 0.5 percentual em relação ao ano de 2014. (Inter-Parliamentary Union, 2016), o que mostra uma preocupante estabilização dessa participação.

A Inter-Parliamentary Union (WORLD CLASSIFICATION) mostra que, em 2015, o Brasil ocupa, num total de 189 países, o 115º lugar em presença de mulheres no Poder Legislativo, com menos de 10% de mulheres na Câmara dos Deputados. Na América Latina fica à frente, apenas, do Haiti (4,2%). Está longe de Cuba (48,9%), Argentina (36,6%), Costa Rica (33,3%) e Peru (22,3%). Fica atrás de países como Afeganistão (27,7%), Iraque (25,3%), Paquistão (20,7%), Marrocos (17%), Azerbaijão (15,6%), Síria (12%), Libéria (11%), Cazaquistão (15,9%), Emirados Árabes (17,5%), países de origem árabe onde geralmente as mulheres estão submetidas a diversas restrições sociais, econômicas, culturais e religiosas.

Vários estudos têm buscado compreender o fenômeno da sub-representação feminina nos parlamentos (AZEVEDO et al., 2012; MIGUEL e BIROLI, 2011; PHILLIPS, 2001; PINTO, 1998; INGLEHART e NORRIS , 2003; YOUNG, 1990; PATEMAN, 1989), os quais, basicamente, apresentam três vertentes explicativas.

A primeira considera o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais, cuja principal estudiosa é Carole Pateman. Critica a oposição entre público e privado – ponto central ao liberalismo - e desaprova a continuidade da subordinação feminina. O liberalismo estaria estruturado em instituições e valores que sustentam a divisão sexual do trabalho e a inclusão política das mulheres seria complexa, uma vez que implicaria no enfrentamento da doutrina liberal e das hierarquias que estruturam as diferenças de gênero. Assim, pode-se dizer que a estrutura patriarcal do liberalismo impõe a subordinação e desta derivam várias formas de exclusão (MIGUEL e BIROLI, 2011).

A segunda vertente avalia os padrões culturais e de socialização que constroem o espaço político como um lugar masculino e servem para inibir a ambição política das mulheres. Essa vertente encontra-se amparada na literatura norte-americana e analisa os obstáculos que as mulheres

enfrentam para o acesso ao mundo político. Um deles, já superado, foi a obtenção dos direitos políticos. O outro é a ausência das mulheres nas estruturas de poder. Por essa linha, entende-se que a ambição política das mulheres é limitada, sobretudo por obrigações domésticas que as impedem de ter dedicação similar à masculina (MIGUEL e BIROLI, 2011).

O foco de análise da terceira vertente são os constrangimentos estruturais, entre os quais, a escassez de recursos econômicos (e dificuldade para acessá-los) e a menor disponibilidade de tempo livre. Estes fatores causam impacto nas trajetórias políticas das mulheres (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 81-91).

### **Viabilidade de participação das mulheres na política**

A participação política demanda, basicamente, três tipos de recursos: dinheiro (financiamento), tempo livre e rede de contatos (influência). Os grupos que estão em posição desfavorável, como o das mulheres, normalmente não possuem um ou mais desses requisitos (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 95). A hipótese de que os eleitores são fator determinante para compreensão da sub-representação, tendendo a não votar em mulheres, vem sendo descartada (FOX e LAWLESS, 2012).

Financiamento político e equidade de gênero são variáveis dependentes, sendo necessário vinculá-las ao funcionamento dos sistemas eleitorais, de partidos e de governo vigentes (ZOVATTO, 2005). Mulheres candidatas têm arrecadações de campanha significativamente menores do que homens candidatos (SACCHET e SPECK, 2012). Considerando a alta correlação entre financiamento e sucesso eleitoral, o baixo desempenho eleitoral de mulheres pode ser fundamental para explicar seu baixo desempenho eleitoral (SACCHET e SPECK, 2012).

O peso das tarefas domésticas ainda recai de forma desproporcional sobre as mulheres, apesar de terem ocorrido mudanças nos arranjos maritais (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 98). A maior quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres, no Brasil, aproximadamente 5 horas a mais de trabalho semanal (IBGE, 2013), não significa ampliação de seu poder econômico, porque atuam mais em trabalhos não remunerados, como as atividades domésticas, o cuidado com os filhos e com pessoas idosas ou doentes. Com maior sobrecarga laboral elas têm menos tempo livre. Essas tarefas são permanentes, o que compromete a participação no competitivo mundo político (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 100).

A questão da divisão sexual do trabalho afeta também o *pool* de elegibilidade. Poucas mulheres ocupam posições estratégicas nas profissões que servem como via para carreiras na política (FOX e LAWLESS, 2012). Essa escassez implica que as ocupações que permitem estabelecer relações de

influência são pouco acessíveis a elas, que têm menos chance de receber incentivos para uma candidatura advindos de uma fonte política. Quando um líder, ou outro ator político, oferece apoio, o candidato potencial tende a levar adiante uma candidatura (FOX e LAWLESS, 2012).

Os espaços tradicionais de gênero também refletem as especialidades e ideologias das mulheres na política. As mulheres se envolvem mais em políticas relacionadas aos interesses de mulheres e crianças (SWERS, 2002; THOMAS, 1994; DODSON, 1998; FOX e LAWLESS, 2012). Também obtêm mais confiança dos eleitores quando se trata de “temáticas de mulheres”, como saúde, educação, meio-ambiente e ajudar os pobres (HUDDY E TERKILDSSEN, 1993a, 1993b; LEEPER, 1991; FOX e LAWLESS, 2012).

Os principais temas políticos podem ser divididos por categorias, conforme o impacto nas políticas públicas ou de governança. Hard politics constituem o núcleo do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia. Soft politics abarcam assuntos voltados para o social. Middle politics contemplam temas de abordagens mistas, como “previdência social”, incluindo questões relativas aos pensionistas e às contas públicas (MIGUEL e FEITOSA, 2009). Parlamentares, de forma geral, concentram sua atuação legislativa nas questões com menos importância na hierarquia legislativa, consideradas soft politics - ou agenda social, enquanto o executivo se dedica mais às hard politics - ou agenda econômico-administrativa (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995).

Além da circunscrição temática, as mulheres não se percebem suficientemente preparadas para participar do mundo político, influência de educação e socialização tradicionais (FLAMMANG, 1997; FOX, 1997; KAHN, 1996; NIVEN, 1998). Independentemente de suas qualificações ou credenciais, e mesmo pertencendo à camada superior de realização profissional, elas não se consideram qualificadas suficientemente para concorrer a um cargo político (FOX e LAWLESS, 2012).

Com o fim de contribuir para a compreensão da representação feminina brasileira, este estudo, de caráter descritivo, analisou a presença das mulheres parlamentares na Câmara dos Deputados, a partir de quatro eixos: o perfil das parlamentares, a ocupação de posições estratégicas na Casa, o conteúdo propositivo apresentado e a presença na mídia legislativa.

## 6. METODOLOGIA E CRONOGRAMA

Este GPE utiliza o método descritivo e tem por base a pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Souza:

[...] A pesquisa bibliográfica é a coleta, seleção e utilização de documentos sobre um determinado assunto. Por sua vez, documento é toda a informação na forma oral, escrita ou visualizada. Ou seja, é qualquer informação sob a forma de texto, imagem, som, sinais, gravações, obras de arte ou históricas, documentos oficiais, jurídicos, etc. (Marconi; Lakatos, 2001, p. 43-44). (SOUZA, 2011, p.13)

Este GPE terá duração de um ano a contar da homologação do projeto. As reuniões entre as integrantes do grupo poderão ser semanais, quinzenais ou mensais, após definição da Coordenação de Pós Graduação da carga horária, conforme item 4.8 do edital.

## 8. BIBLIOGRAFIA

AVELAR, Lucia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora da UNESP, 2001.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno [Orgs.]. *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Acesso em: 13 fev. 2015.

BIROLI, Flávia. “Autonomia e Desigualdade de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática”. São Paulo, Editora Horizonte, 2013.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLAS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 107-130, June, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782008000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2014* / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: < PNAD 2014. <http://loja.ibge.gov.br/pnad-2014-sintese-dos-indicadores.html>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Regimento interno da Câmara dos Deputados: resolução nº 17, de 1989. 9. Ed. Brasília, 2012.



CARREIRAO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília , n. 14, p. 255-295, Aug. 2014 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522014000200255&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000200255&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2015.

CARREIRAO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G.. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, Rio de Janeiro , v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582004000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2015.

CHARLE, Christopher. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Radiografia do Novo Congresso - Legislatura 2015-2019*. Disponível em: <[http://www.diap.org.br/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=513&view=viewcategory&catid=41](http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=viewcategory&catid=41)>. Acesso em: 16 nov. 2015.

FLEISCHER, David. Articulação de coligações no Brasil – antes e depois da verticalização (1994 e 1998 versus 2002 e 2006): impactos sobre os partidos. In: *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Orgs. KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.187-216.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L.. Entrando na arena: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília , n. 8, p. 129-163, Aug. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522012000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000200006&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000200006>.

HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, 32. Rio de Janeiro, 2013.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. *Rising Tide: Gender, equality and cultural change around the world*. New York, Cambridge University Press, 2003.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Women in Parliament in 2015*. Geneva, Switzerland, 2016. Disponível em <http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP2015-e.pdf>, Acesso em 15/03/2016.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo Alves. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Orgs. KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.41-97.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvio: representação e “singularidade feminina”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.1, n.2, p.-253-267, out. 2000.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caldeioscópico Convexo: Mulheres, Política e Mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221, Mar. 2009. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-525820090001000006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-525820090001000006&lng=en&nrm=iso)>. access on 23 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-525820090001000006>.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Orgs. KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.345-371.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, Sept. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 out. 2015.

PATEMAN, Carole. Feminist critiques of the public/private dichotomy, (Capítulo 6) In: *The Disorder of Women: Democracy, feminism and political theory*. Stanford: Stanford University Press, 1989.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n.1, p.268-290, 2001.

PHILLIPS, Anne. So what's wrong with liberal democracy, Capítulo 6. In: Engendering Democracy. Pennsylvania State University Press. Pennsylvania, 1997.

PINHEIRO, Luana Simões. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2121>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

PINTO, Celi Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.49, p.98-113, mar./maio, 1998.

PITKIN, Hanna Fenichel. "Representação: Palavras, Instituições e Idéias". Lua Nova, n° 67. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opin. Publica*, Campinas , v. 18, n. 1, p. 177-197, June 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=en&nrm=iso)>. access on 16 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009>.

SCHUMPETER, J. Capitalism, Socialism and Democracy. *The Journal of Political Economy*, vol. 53(4), 1945. p. 348-356.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, V.20(2), 1995.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 19, n. 39, p. 115-137, June 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 nov. 2015.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Prefácio Manoel T. Berlink; tradução Leônidas Hegenberg e Octani Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WORLD CLASSIFICATION. Women in national Parliaments. Disponível em: . Acesso em: 13 fev 2015.

YOUNG, Iris Marion. (2006), “Representação Política, Identidade e Minorias”. Lua Nova, nº 67. São Paulo, pp. 139-190.

YOUNG, Iris Marion. Justice and the politics of difference. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. Opin. Publica, Campinas , v. 11, n. 2, p. 287-336, Oct. 2005 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762005000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200002&lng=en&nrm=iso)>. access on 16 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000200002>.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do legislativo e consolidação institucional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, 1995, pp. 175-200.